



SME - MT
Pedagogo

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura, compreensão e interpretação de textos	1
Estruturação do texto e dos parágrafos	4
Articulação do texto	5
Fonemas e grafemas. Relações entre fonemas e grafemas; Vogais. Classificação de vogais e semivogais. Encontros vocálicos: ditongo, tritongo e hiato. Encontros consonantais e dígrafos. Divisão silábica	7
Acentuação gráfica. Novo Acordo Ortográfico. Tonicidade das palavras.....	8
Crase	10
Pontuação	12
Uso do hífen	13
Estrutura das palavras: morfemas, prefixos e sufixos. Formação de palavras. Composição e derivação.....	17
Classes gramaticais	19
A fala e a escrita: diferenças formais e diferenças funcionais.....	31
Habilidades de leitura e matrizes de referências.....	33
Tipologia e Gênero textual	35
Variação linguística.....	52
Intertextualidade	53
Figuras de Linguagem.....	53
Funções da Linguagem.....	59
Questões	61
Gabarito.....	80

RACIOCÍNIO LÓGICO-ANALÍTICO

Operações com conjuntos.....	1
Raciocínio lógico-numérico: problemas envolvendo operações com números reais e raciocínio sequencial.....	7
Conceito de proposição: valores lógicos das proposições; conectivos, negação e tabela-verdade. Tautologias. Condição necessária e suficiente.....	12
Argumentação lógica, estruturas lógicas e diagramas lógicos.....	17

SUMÁRIO



Equivalências e implicações lógicas	27
Quantificadores universal e existencial	30
Problemas de Contagem: Princípio Aditivo e Princípio Multiplicativo. Arranjos, combinações e permutações	33
Noções de Probabilidade	38
Questões	41
Gabarito.....	52

LEGISLAÇÃO BÁSICA

A Constituição Federal: Arts. 37 a 41 – A Administração Pública Direta e Indireta	1
Da Educação na CF/88 (Capítulo III - Art. 205 a 214).....	19
Lei nº 9.394 de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB	25
Lei n.º 8.069 de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente	56
Lei Complementar n.º 03 de 2003 – Estatuto do Servidor Público do Município de Cuiabá.....	123
Lei Complementar 220 de 2010 – Lei Orgânica dos Profissionais da Secretaria Municipal de Educação	162
Lei Nº 5.289 de 2009 - Institui o Sistema de Ensino do Município de Cuiabá	176
Ética no setor público; Decreto n.º 9.198 de 2022 – Código de Ética dos Agentes Públicos da Administração Direta e Indireta do Município de Cuiabá	180
Lei 5.965 de 2015 – Institui a Gestão Democrática nas Unidades Educacionais da Rede Pública Municipal.....	199
Resolução Normativa n.º 05 de 2012 – Fixa normas para a Oferta da Educação Básica do Campo no Sistema Municipal de Ensino de Cuiabá	223
Resolução Normativa n.º 01 de 2022 – Estabelece normas aplicáveis para a oferta da Educação, etapa Ensino Fundamental na Rede Municipal de Ensino de Cuiabá	230
Questões	234
Gabarito.....	240

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Evolução histórica da Didática; Conceito de Didática e suas relações com a história da Pedagogia: teorias e tendências pedagógicas.....	1
Resignação da didática nos anos 90: princípios e proposições.....	7
O professor como investigador na ação didática	9
A relação teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem escolar	12
O papel da Didática na Educação Infantil e no Ensino Fundamental Anos Iniciais - 1º ao 5º	14
As diferentes abordagens do planejamento de ensino escolar.....	17
A Didática e a interdisciplinaridade.....	19



O Ensino e o Desenvolvimento de Competências	22
Componentes básicos do plano de aula e rotina de sala	24
Concepções da avaliação da aprendizagem escolar: diagnóstica, emancipatória, processual, punitiva, classificatória	29
Questões	31
Gabarito	39

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O ensino-aprendizagem no contexto do currículo por competências	1
O processo ensino-aprendizagem: atores e componentes; aprendizagem e desenvolvimento	3
A metodologia dos projetos didáticos	5
avaliação diagnóstica e formativa	6
A análise de erros numa perspectiva de orientação/reorientação do ensino	7
A especificidade do pedagogo – saberes pedagógicos e atividade docente	11
Conhecimentos Pedagógicos: Concepções de educação e escola	14
Tendências educacionais na sala de aula: correntes teóricas e alternativas metodológicas	25
A construção do conhecimento	26
Processo ensino – aprendizagem: papel do educador, do educando, da sociedade	28
A avaliação como forma de aprendizagem	30
A Base Nacional Comum Curricular - BNCC. A Educação Infantil no contexto da Educação Básica. Direitos de Aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil. Os campos de experiências. Os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para a Educação Infantil. A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. As etapas do ensino fundamental. O Ensino Fundamental no contexto da Educação Básica. Competências específicas de Linguagens para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais – Língua Portuguesa. Competências específicas de Arte para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Competências específicas de Matemática para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Competências específicas de Ciências da Natureza para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Competências específicas de Ciências Humanas para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Competências específicas de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais	30
Ciclos de Vida Humana	87
A Educação como Direito da Criança	88
A Educação inclusiva	89
Questões	91
Gabarito	99

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



Raciocínio Lógico-Analítico

Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

Símbolos importantes

\in : pertence

\notin : não pertence

\subset : está contido

$\not\subset$: não está contido

\supset : contém

$\not\supset$: não contém

$/$: tal que

\Rightarrow : implica que

\Leftrightarrow : se, e somente se

\exists : existe

\nexists : não existe

\forall : para todo(ou qualquer que seja)

\emptyset : conjunto vazio

N: conjunto dos números naturais

Z: conjunto dos números inteiros

Q: conjunto dos números racionais

I: conjunto dos números irracionais

R: conjunto dos números reais

Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto

$$S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$$

- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos

$$B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$$

Enumerando esses elementos temos

$$B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$$



Disposições gerais e servidores públicos

A expressão Administração Pública em sentido objetivo traduz a ideia de atividade, tarefa, ação ou função de atendimento ao interesse coletivo. Já em sentido subjetivo, indica o universo dos órgãos e pessoas que desempenham função pública.

Conjugando os dois sentidos, pode-se conceituar a Administração Pública como sendo o conjunto de pessoas e órgãos que desempenham uma função de atendimento ao interesse público, ou seja, que estão a serviço da coletividade.

Princípios da Administração Pública

Nos termos do *caput* do Artigo 37 da CF, a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

As provas de Direito Constitucional exigem com frequência a memorização de tais princípios. Assim, para facilitar essa memorização, já é de praxe valer-se da clássica expressão mnemônica “LIMPE”. Observe o quadro abaixo:

Princípios da Administração Pública	
L	Legalidade
I	Impessoalidade
M	Moralidade
P	Publicidade
E	Eficiência
LIMPE	

Passemos ao conceito de cada um deles:

– Princípio da Legalidade

De acordo com este princípio, o administrador não pode agir ou deixar de agir, senão de acordo com a lei, na forma determinada. O quadro abaixo demonstra suas divisões.

Princípio da Legalidade	
Em relação à Administração Pública	A Administração Pública somente pode fazer o que a lei permite → Princípio da Estrita Legalidade
Em relação ao Particular	O Particular pode fazer tudo que a lei não proíbe

– Princípio da Impessoalidade

Em decorrência deste princípio, a Administração Pública deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais ou partidárias, não podendo atuar com vistas a beneficiar ou prejudicar determinadas pessoas, uma vez que o fundamento para o exercício de sua função é sempre o interesse público.



— DIDÁTICA: UM POUCO DE HISTÓRIA

A história da Didática está ligada ao aparecimento do ensino, isto é, desde que alguém pela primeira vez se propôs, institucionalmente, a ensinar a outrem alguma coisa. No entanto, para Libâneo, o termo “didática” surge quando adultos começam a intervir na atividade de aprendizagem das crianças e jovens, através da direção deliberada e planejada do ensino, ao contrário das formas de intervenção mais ou menos espontâneas de antes¹.

Assim, ao se estabelecer a intenção propriamente pedagógica na atividade de ensinar, a escola torna-se uma instituição onde este processo passa a ser sistematizado conforme níveis, tendo em vista a adequação às possibilidades das crianças, às idades e ao ritmo de assimilação dos estudos.

Como campo teórico elaborado, a Didática passou a existir no século XVII, quando João Amos Comenius, pastor protestante que viveu na Tchecoslováquia, publicou uma obra clássica sobre o assunto, *A Didática Magna*, que pode ser considerado o marco de fundação da disciplina, tanto pelo seu pioneirismo quanto pela sua influência, na época, e mesmo muito tempo depois.

Esse educador revolucionou a educação da sua época, defendendo a “escola para todos”, a pedagogia da fábrica, dos trabalhadores, numa fase em que a educação escolar era privilégio dos que pertenciam ao clero e à nobreza. Comenius desenvolveu ideias avançadas para o seu tempo e teve influência direta sobre o trabalho docente, em contraposição às ideias conservadoras da nobreza e do clero.

Empenhou-se em desenvolver métodos de instrução mais rápidos e eficientes, partindo da observação e da experiência sensorial. Era intenção de Comenius que todas as pessoas usufríssem dos benefícios do conhecimento.

Sonhava elaborar um método geral que chamava de “Método do Desenvolvimento Natural”, tratado da arte de ensinar tudo a todos, o qual serviria para ensinar qualquer assunto a qualquer pessoa, em qualquer nível, especialmente a ler e escrever, começando pela língua materna, numa época em que predominava o latim. No entanto, não se tem conhecimento, com precisão, da formulação desse método.

Comenius valorizava o processo indutivo como sendo a melhor forma de se chegar ao conhecimento generalizado, e aplicou-o na sua prática instrucional. Ele afirmava que o método indutivo estava mais “de acordo com a natureza” e propunha a inclusão do estudo dos fenômenos físicos nos currículos e nos livros escolares.

Criou um método para o ensino de línguas, de acordo com suas ideias educacionais, considerado revolucionário para aqueles tempos. Até hoje são encontrados alguns ecos das propostas pedagógicas de Comenius, pelo menos da sua pretensão, ele achava que era possível criar um método universal, invariável, capaz de orientar o professor no seu trabalho.

Assim, ao ensinar um assunto, o professor deveria:

- Apresentar seu objeto ou ideia diretamente, fazendo demonstrações, pois o aluno aprende através dos sentidos, principalmente vendo e tocando;
- Mostrar a utilidade específica do conhecimento transmitido e a sua aplicação na vida diária;
- Fazer referência à natureza e origem dos fenômenos estudados, isto é, às suas causas;
- Explicar, primeiramente, os princípios gerais e só depois os detalhes;
- Passar para o assunto ou tópico seguinte do conteúdo apenas quando o aluno tiver compreendido o anterior.

Como pode-se perceber, esses pressupostos da prática docente que são utilizados até hoje já eram proclamados por Comenius em pleno século XVII.

¹ LIMA VERDE, Eudócio Soares. *Didática e seu objeto de estudo*. Teresina: EDUFPI, 2019.



INTRODUÇÃO

O ensino-aprendizagem baseado no currículo por competências é uma abordagem educacional que visa preparar os alunos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, promovendo o desenvolvimento de capacidades que vão além do simples domínio de conteúdos. Esse modelo curricular, fortemente incentivado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil, busca integrar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para que os estudantes possam aplicar o que aprendem em contextos práticos e significativos, tanto no ambiente escolar quanto na vida cotidiana.

Ao contrário do currículo tradicional, que foca na memorização e na reprodução de conteúdos isolados, o currículo por competências promove uma aprendizagem contextualizada, em que os alunos são incentivados a resolver problemas complexos, trabalhar em equipe, pensar de forma crítica e agir de maneira ética e cidadã. Esse modelo pressupõe que o ensino e a aprendizagem sejam integrados, significativos e aplicáveis à realidade dos alunos.

O Conceito de Competência no Ensino

No âmbito educacional, competência refere-se à capacidade de mobilizar e integrar conhecimentos, habilidades e atitudes para resolver situações-problema em diferentes contextos. A definição de competência é ampla e envolve:

- **Conhecimento:** O conteúdo teórico que o aluno aprende em diferentes disciplinas.
- **Habilidades:** A capacidade de aplicar esse conhecimento de maneira prática e eficaz.
- **Atitudes e valores:** Comportamentos e disposições que refletem aspectos éticos e sociais, como respeito, colaboração e responsabilidade.

O currículo por competências, portanto, exige que os alunos não apenas memorizem conceitos, mas que consigam usá-los em situações reais, aplicando o que aprenderam para resolver problemas do dia a dia.

Ensino e Aprendizagem no Currículo por Competências

No contexto do ensino-aprendizagem com base no currículo por competências, o foco está na aprendizagem ativa e no desenvolvimento de competências transversais, como a capacidade de resolver problemas, trabalhar em equipe, tomar decisões e comunicar-se de maneira eficaz. Para isso, o processo de ensino-aprendizagem passa por algumas características fundamentais:

- **Integração de áreas do conhecimento:** O currículo por competências promove uma visão interdisciplinar, onde os conteúdos de diferentes disciplinas são integrados para que o aluno possa compreender o mundo de maneira mais ampla. Por exemplo, um projeto sobre sustentabilidade pode envolver conhecimentos de ciências, geografia e matemática, estimulando o desenvolvimento de competências em múltiplas áreas.

- **Contextualização do aprendizado:** O conhecimento é apresentado de forma contextualizada, sendo aplicado a problemas reais que os alunos possam enfrentar. Isso torna o aprendizado mais significativo e motivador, uma vez que os estudantes percebem a utilidade prática do que estão aprendendo.

- **Metodologias ativas de ensino:** No currículo por competências, a utilização de metodologias ativas é essencial. Modelos como a aprendizagem baseada em projetos (PBL), estudos de caso, simulações e jogos de negócios são comuns, pois incentivam os alunos a participar ativamente do processo de aprendizagem, aplicando o conhecimento em situações concretas.